



# RELATÓRIO E PARECER DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 008/2026

**Comissão Representativa Temporária da Câmara Municipal de Apucarana**

**Relator:** Guilherme Mercadante Livoti (UNIÃO BRASIL)

**ASSUNTO:** Autoriza o ingresso do Município no Consórcio de Inovação na Gestão Pública – CIGA, e dá outras providências.

**Data da assinatura eletrônica.**

## I. INTRODUÇÃO

Trata o presente Relatório da análise do Projeto de Lei nº 008/2026, de iniciativa do Poder Executivo, que solicita autorização legislativa para a adesão do Município ao Consórcio de Inovação na Gestão Pública (CIGA), conforme exigido pela Lei Federal nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos).

A análise técnica concentra-se na verificação da conformidade legal da adesão, bem como na sua avaliação estratégica sob a ótica da economicidade, eficiência e concisão do texto legal.

## II. DO CONTEÚDO

O PL 008/2026 visa integrar o Município a um Consórcio Público que oferece sistemas e serviços compartilhados de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), visando a modernização da gestão e a economia de escala.

O Projeto ratifica as cláusulas contratuais da adesão, autoriza o Executivo a consignar os créditos necessários à participação futura e estabelece que o Município só fará desembolso financeiro quando houver a contratação efetiva de serviços específicos.

## III. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

### 3.1 Iniciativa e Competência

O Projeto trata da integração do Município a uma nova entidade da administração indireta e de gestão de recursos, sendo matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. A iniciativa é, portanto, CONSTITUCIONALMENTE CORRETA.





### 3.2 Legalidade Formal e Mérito

A exigência de autorização por Lei para a adesão a Consórcios Públicos (Art. 4º, I, da Lei Federal nº 11.107/2005) é cumprida pelo presente PL.

O mérito do Projeto é favorável uma vez que a contratação de serviços e sistemas de TIC via consórcio, por meio de economia de escala e com dispensa de licitação, tende a ser mais rápida e menos dispendiosa do que licitações individuais, e a adesão permite o uso de soluções tecnológicas padronizadas, alinhando a gestão de Apucarana às práticas de outros municípios.

### 3.3 Aspecto Orçamentário (LRF)

O PL é cuidadoso ao afirmar que o ingresso não implica despesa imediata (Art. 4º), vinculando os custos futuros à contratação de serviços específicos.

## IV. ANÁLISE DE MÉRITO, IMPACTO E ADEQUAÇÕES

O projeto é juridicamente sólido, mas a análise técnica aponta uma redundância no texto que deve ser corrigida em prol da concisão.

### 4.1 Redundância Orçamentária e risco de interpretação como “autorização genérica” (Art. 3º)

O art. 3º do PL nº 008/2026 dispõe que o Poder Executivo fica “autorizado a consignar, no orçamento vigente, os créditos necessários” às despesas decorrentes da participação do Município no Consórcio, “inclusive mediante abertura de crédito especial ou suplementar, se necessário”, e o seu parágrafo único acrescenta que as despesas correrão por dotações próprias, “podendo o Executivo promover as adequações necessárias” no PPA, LDO e LOA.

Embora bem-intencionado, esse conjunto normativo é tecnicamente prescindível e pode gerar leitura equivocada. No sistema constitucional-orçamentário, a execução de qualquer despesa pública já pressupõe: (i) dotação na LOA (ou instrumento legal equivalente), (ii) compatibilidade com PPA/LDO e (iii) observância do rito próprio para eventuais alterações orçamentárias, especialmente para créditos suplementares e especiais, que dependem de autorização legislativa específica e indicação de recursos, nos termos do art. 165 e das vedações do art. 167 da Constituição, além das regras gerais de direito financeiro (Lei nº 4.320/1964) e dos deveres de adequação/compatibilidade previstos na LRF (LC nº 101/2000). Ou seja: não cabe ao Projeto de Lei “autorizar” o Executivo a cumprir obrigações que o ordenamento já impõe; tampouco é adequada a criação, no corpo do PL, de uma redação que possa ser interpretada como autorização ampla para abertura de créditos





(“inclusive mediante abertura de crédito especial ou suplementar”), quando tais medidas exigem o procedimento próprio e não se operam por autorização genérica.

Além disso, o próprio PL já prevê que o ingresso no consórcio “não implicará, de imediato, em transferência de recursos financeiros”, de modo que eventual despesa somente ocorrerá se houver contratação de serviços ou execução de programas específicos, observada a legislação vigente e os princípios de economicidade e eficiência. Isso reforça que o art. 3º não agrega eficácia normativa relevante e apenas aumenta o texto com comandos redundantes, em desacordo com a concisão recomendada pela boa técnica legislativa (LC nº 95/1998).

Para corrigir este ponto, propõe-se:

**a) Emenda Supressiva nº 01 (com renumeração):** suprime integralmente o art. 3º do PL nº 008/2026, por redundância e para evitar interpretação como autorização orçamentária genérica, promovendo-se a renumeração dos dispositivos subsequentes. A emenda consta do Anexo.

## V. CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR

Diante do exposto, o Projeto de Lei nº 008/2026 está em consonância com a legislação federal de Consórcios Públicos e representa uma medida estratégica de eficiência administrativa.

Esta Relatoria opina pela ADMISSIBILIDADE e APROVAÇÃO, condicionada à adoção da emenda proposta, que garante a concisão do texto legal sem comprometer o mérito nem a segurança jurídica do ato.

É o relatório.





## EMENDA SUPRESSIVA (REDAÇÃO) Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 08/2026

Nos termos do §2º do art. 213 do Regimento Interno, apresenta-se Emenda Supressiva ao Projeto de Lei nº 008/2026 para suprimir integralmente o Art. 3º, por redundância normativa e para evitar interpretação de autorização orçamentária genérica, com a consequente renumeração dos artigos subsequentes.

Fica suprimido o seguinte dispositivo:

**“Art. 3º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a consignar, no orçamento vigente, os créditos necessários à execução das despesas decorrentes da participação do Município no Consórcio CIGA, inclusive mediante abertura de crédito especial ou suplementar, se necessário.

**Parágrafo único.** As despesas correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, podendo o Executivo promover as adequações necessárias no Plano Plurianual – PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e na Lei Orçamentária Anual – LOA.”

### Justificativa

O art. 3º contém comandos redundantes e potencialmente equívocos. A execução de despesas e a compatibilização com PPA/LDO/LOA decorrem do ordenamento jurídico e dos procedimentos próprios do sistema orçamentário, não havendo necessidade de “autorizar” o Executivo a cumprir deveres já impostos. Além disso, a redação do caput (“inclusive mediante abertura de crédito especial ou suplementar”) pode ser interpretada como autorização genérica, o que não se coaduna com a disciplina orçamentária, que exige autorizações específicas e o rito próprio para abertura de créditos. A supressão preserva integralmente o mérito do projeto, que já estabelece que o ingresso no consórcio não implicará, de imediato, transferência de recursos, e que eventual despesa somente ocorrerá em razão de contratação futura, observada a legislação vigente (atual art. 4º).



REL 012/2026

AUTORIA: Ver. Guilherme Livoti

**DOCUMENTO ASSINADO POR:**

**01) GUILHERME MERCADANTE LIVOTI:06390339976 EM 26/01/2026 14:51:20**

**<https://cdn-apucarana.legiflow.com.br/uploads/icpsigned-202601261451191769449880-101837.pdf>**

-- FIM --

